

PANORAMA DO TEATRO NO ESPÍRITO SANTO

Duílio Kuster

Estudar a história do teatro no Espírito Santo não é tarefa das mais fáceis, tendo em vista a escassez de publicações sobre o tema.¹ Mesmo assim e consciente do desconhecimento de que goza o teatro capixaba em nível nacional, apresentarei um breve panorama histórico de nossa produção desde os seus primórdios até o presente momento.

Considerando-se que as primeiras manifestações cênicas no Brasil cujos textos foram preservados são obra dos jesuítas², ainda no século XVI, a então Capitania do Espírito Santo constituiu-se num local privilegiado para o desenvolvimento do chamado teatro jesuítico. Com o objetivo principal de auxiliar no processo de catequização dos povos indígenas, mas também funcionando como principal forma de divertimento público na época, sua

¹ São elas: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. *Escritos de Vitória – Teatro*. nº 21. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2002, que lança um olhar sobre o teatro produzido no estado em diferentes épocas a partir de distintos formatos narrativos: testemunhos, análises históricas, crônicas, contos e poemas; OLIVEIRA, E. A. V. de. *O teatro se subjuga ao poder?* Ideias esquadrejadas sempre renascem. Vitória: Academia Espírito-Santense de Letras, 2011, no qual a autora analisa a produção teatral em Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo nas décadas de 1970, 1980 e 1990, apresentando testemunhos de atores e diretores teatrais capixabas que vivenciaram o período; GAMA FILHO, Oscar. *História do Teatro Capixaba: 395 anos*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/ Fundação Cultural do Espírito Santo, 1981, onde o autor traça um panorama da atividade teatral do Espírito Santo desde o XVI até 1980, apresentando pequenas biografias de alguns artistas e grupos teatrais, bem como a história dos principais teatros, festivais e mostras; GAMA FILHO, Oscar. *Teatro Romântico Capixaba*. Departamento de Imprensa Oficial: Vitória, 1987, no qual o autor analisa a produção teatral capixaba no século XIX; AMORIM, Saulo Ribeiro. *Teatro e Estado no Espírito Santo – anos 70*. 2003. Monografia (Conclusão do curso de graduação em História). Departamento de História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, onde o pesquisador analisa as políticas para o teatro no Espírito Santo na década de 1970 e *Revolução de caranguejos: o teatro no Espírito Santo durante a Ditadura Militar*. Vitória: Editora Cândida, 2016, fruto de nossa dissertação de mestrado, em que analisamos a atividade teatral capixaba no período em questão. Também sugerimos a consulta das entrevistas que realizamos para a nossa pesquisa, que podem ser encontradas no endereço: <http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/6128>.

² MAGALDI, Sábato. *Panorama do teatro brasileiro*. 5ª edição. São Paulo: Global Editora, 2001, p. 16.

tradição permaneceu até depois da expulsão desta ordem religiosa no século XVIII³.

Em se tratando de teatro jesuítico no Brasil, o padre José de Anchieta é, sem dúvida, uma figura central, seja pelo seu pioneirismo, seja pela quantidade de peças escritas e encenadas⁴. Anchieta passou a maior parte de sua vida na Capitania do Espírito Santo, local onde ambientou e encenou a grande maioria de suas peças, que eram apresentadas nas salas de estudos dos colégios jesuíticos, em praças públicas e nas aldeias.

Passado esse primeiro momento, outro período de interesse na história do teatro do Espírito Santo é entre a segunda metade do século XIX e o começo do século seguinte. Nesta época, segundo Cláudio, “(...) as representações teatrais familiares constituíam a única diversão agradável da classe culta, quase sempre honradas com a presença e assistência das primeiras autoridades da província”.⁵

Além do aspecto de entretenimento, o teatro no século XIX no Espírito Santo, assim como nas demais províncias do então império do Brasil, vinculava-se intimamente com a imprensa e a política configurando-se como meio de intervenção social e elemento constitutivo de um ideal de nação.⁶ No período em questão, conseguimos identificar cerca de 10 sociedades e grêmios dramáticos – como eram chamados então os agrupamentos teatrais – em terras capixabas. Estes agrupamentos eram formados em sua maioria por representantes das elites cultural, econômica e política da província. Só para ficar num dos casos mais emblemáticos, a Sociedade Dramática Particular Melpômene possuía, entre os seus associados, indivíduos do porte do engenheiro e político Manoel Feliciano Muniz Freire - pai do futuro governador

³ NEVES, Getúlio Marcos Pereira. Os primórdios do teatro no Espírito Santo. In.: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. *Escritos de Vitória – Teatro*. nº 21. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2002, p. 65.

⁴ Ver: *Teatro de Anchieta*. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

⁵ CLÁUDIO, Affonso. *História da literatura espiritosantense: subsídios para a história da literatura brasileira*. Porto: Officina do Commercio do Porto, 1912.

⁶ ASSIS, s/d, apud CAVALLINI, Marco Cícero. *O Diário de Machado: a política do segundo reinado sob a pena de um jovem cronista liberal*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999, p. 132.

do Estado, José de Melo Carvalho Muniz Freire - e do escritor, professor, jornalista e político Aristides Freire. Esta sociedade dramática, em especial, viria a inaugurar um teatro em 1896, o Teatro Melpômene, que se tornaria o centro da vida cultural da cidade de Vitória por quase três décadas.

Decorridas algumas décadas, a vida teatral capixaba sofreu profundas transformações com a Ditadura Militar (1964 – 1985). Este período, por sua vez, pode ser subdividido em três outras fases. Na primeira, compreendida entre os anos de 1964 a 1969, existiam poucos grupos teatrais em atividade, entre os quais podemos citar os coletivos Geração, Equipe e Praça Oito, além de experiências isoladas como as montagens do carioca recém chegado ao Espírito Santo, Milson Henriques. O então principal espaço de apresentações teatrais, o Teatro Carlos Gomes – localizado no centro da capital e construído com as sobras do Teatro Melpômene que havia sido incendiado – encontrava-se abandonado.

Num segundo momento, compreendido entre 1970 até o início de 1977, foi criada, pelo poder estadual, a Fundação Cultural do Espírito Santo (FCES) com o objetivo de planejar e executar a política cultural do governo. A instituição passou a desenvolver uma série de ações em prol da atividade teatral, entre as quais: a reforma e reinauguração do Teatro Carlos Gomes; a contratação de espetáculos do Rio de Janeiro e São Paulo para realizarem as suas estreias em Vitória; a realização de um concurso de dramaturgia, do I Festival Capixaba de Teatro Amador e de cursos de formação dramática; a criação de grupos teatrais mantidos pelo Estado, como o Grupo de Teatro Amador Carlos Gomes e o Grupo de Teatro da FCES; a concessão de verbas para montagens teatrais e a criação de novos espaços de apresentação, como o Teatro Estúdio, também localizado no centro da capital, e o Circo da Cultura, que possuía um aspecto itinerante.

Paralelamente a isso, os artistas teatrais capixabas também passaram a sofrer com a censura imposta pela Ditadura Militar assim como ocorria nos demais estados da federação. No começo da década de 1970, ocorreu aquele que pode ser considerado um marco tanto da ação da Censura Federal no

estado quanto da reação dos artistas à mesma. *Ensaio Geral* foi um musical que possuía uma temática de protesto e que teve o texto proibido pouco antes da data prevista para sua estreia. Com isso, a equipe optou por manter o espetáculo apenas com música e expressão corporal. Mesmo assim, no dia da realização do ensaio geral para a Censura, a apresentação foi novamente proibida. Tendo em vista a produção já realizada, os artistas resolveram levar a empreitada adiante e, ao término da encenação, muitos foram à Polícia Federal prestar depoimentos.

Além deste episódio específico, é possível estabelecermos um quadro de referência sobre a ação da Censura com relação à atividade teatral no Espírito Santo. Todo artista deveria ser cadastrado na Polícia Federal. Os textos dos espetáculos eram enviados para Brasília e, cerca de três meses depois, os grupos obtinham a resposta sobre a liberação total, parcial ou interdição do texto. Mesmo com a liberação, deveria ocorrer um ensaio geral para os censores que acompanhavam se a equipe estava respeitando os trechos cortados. Os censores poderiam aparecer nos espetáculos para verificarem se a peça correspondia ao que foi apresentado no ensaio. Se os artistas insistissem em se apresentar, violando a determinação da Censura, eles deveriam pagar multas e, caso a infração se repetisse por três vezes, poderiam ser detidos.

Na terceira fase do teatro capixaba durante a Ditadura, compreendida entre o final de 1977 e começo da década seguinte, observamos uma situação paradoxal. Por um lado, é perceptível o desenvolvimento do movimento teatral com o surgimento de novos grupos⁷. Entendemos que tal avanço ocorreu pela conjunção de alguns fatores, como as ações desenvolvidas pela Fundação Cultural do Espírito Santo, conforme vimos acima; a criação da Federação Capixaba de Teatro (FECATA) em 1976 e pelo movimento estudantil da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) ligado às Mostras de Teatro realizadas pela instituição entre os anos de 1976 e 1979.

⁷ Entre os quais, podemos citar: Sucata, Itinerante, Terra, Estrada, Expressão Nossa de Cada Dia, Grupo de Teatro da Barra, Geração, Ludovico Pavoni, Movimento, Vianinha-Aquários, Grupo e Pesquisa, União de Montanha, Universal, Taguar, Renascença, O Grupo, Ar teatro, Clio e Ponto de Partida. Este último, em especial, participou de diversos festivais e mostras nas regiões sul, sudeste e nordeste.

Por outro lado, entretanto, também começou a ocorrer uma redução no repasse de verbas do Estado para a Fundação Cultural do Espírito Santo, perceptível na crise que se abateu sobre a instituição. Apesar de continuarem a existir algumas ações em prol da atividade teatral, como a criação de um Prêmio de Dramaturgia e de um Edital de Patrocínio de Montagens e a realização do III Encontro Capixaba de Teatro Amador, do II Seminário sobre o Teatro no Espírito Santo e o I Ciclo Capixaba de Teatro, essas foram em número menor do que no primeiro momento, assim como qualitativamente diferentes, com a FCES limitando-se a ser, na maior parte das vezes, uma apoiadora dos eventos mencionados, principalmente no papel de fornecedora do Teatro Carlos Gomes para a realização dessas ações. Essa crise culminaria na extinção da própria Fundação Cultural e comprometeria sensivelmente as ações que vinham sendo desenvolvidas em prol do teatro capixaba até então.

A partir da segunda metade da década de 1980 e ao longo dos anos 1990, o teatro de grupo capixaba sofreu um retraimento. Com algumas poucas exceções - como os Grupos Z, Tarahumaras, Rerigtiba e Gota, Pó e Poeira, criados na época e que ainda se mantêm em atividade - o período foi marcado, de maneira geral, por iniciativas individuais de diretores/produtores que contratavam elencos temporários para determinada montagem, em especial infantil. Essas produções, em sua maioria, eram patrocinadas por empresas privadas graças à Lei Rubem Braga, criada em 1991 na capital, uma das primeiras leis de incentivo fiscal a surgirem no país.

Em contrapartida, foi também na década de 1990 que foi criada aquela que é até hoje a única escola pública de formação teatral de todo o estado. A então chamada Escola de Artes FAFI foi criada em 1992 e oferecia diversas oficinas artísticas, entre elas a de teatro. Em 1998, passou a se chamar Escola de Teatro e Dança FAFI, oferecendo cursos de qualificação profissional nessas duas áreas.

Chegamos, enfim, ao que podemos chamar de *teatro contemporâneo capixaba*, surgido com o despontar do século XXI. Entre os grupos que surgiram no início dos anos 2000 e que ainda se encontram em atividade

podemos citar: Folgazões, Repertório, Vira-Lata, Circo-Teatro Capixaba, Teatro Urgente, Makuamba, Boyasha, Beta, Iapocô, Rumores e Confraria de Teatro. Três características principais vêm marcando essa nova fase: a retomada da ideia do teatro de grupo, em oposição às produções individuais, com os coletivos preocupados em desenvolverem tanto uma pesquisa de linguagem, quanto em realizarem uma produção continuada; o interesse pela aquisição e manutenção de sedes e a busca por intercâmbios com artistas e grupos de outros estados do país.

Alguns aspectos foram fundamentais para esse novo momento do teatro capixaba. Em primeiro lugar, os artistas teatrais – entre atores, técnicos e diretores – formados pela Escola de Teatro e Dança FAFI, frente a um mercado de trabalho teatral praticamente inexistente no estado, começaram a se juntar em grupos a fim de desenvolverem as suas potencialidades artísticas. Aliado a isso, em 2004 foi criado o Festival Nacional de Teatro Cidade de Vitória, de caráter anual, que possibilitou que importantes e tradicionais grupos do teatro nacional passassem a se apresentar no Espírito Santo.

Em 2008, ocorreu a criação, pela Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (SECULT-ES), de diversos editais voltados para o financiamento direto da cultura capixaba e, portanto, sem ter de passar por conselhos consultivos de empresas privadas, o que quase sempre acontece no caso das Leis de Incentivo à Cultura. Esse novo formato, inédito para os capixabas até então, passou a valorizar uma produção artística mais livre das exigências do mercado. No campo teatral, além de um edital de circulação de espetáculos que permitia que os grupos mantivessem os seus espetáculos em cartaz (algo que até então era muito difícil), também foi criado um edital de residência artística, que possibilitou a muitos grupos capixabas desenvolverem trabalhos junto a grandes referências do teatro nacional⁸, além de um edital de manutenção, incentivando um trabalho de pesquisa continuado.

⁸ Podemos citar, entre os diversos artistas do teatro nacional que estiveram desenvolvendo trabalhos junto aos grupos capixabas ao longo do período, nomes como os de Chico Pelúcio (Grupo Galpão/MG); Fernando Yamamoto (Clowns de Shakespeare/ RN); Ricardo Puccetti (Lume Teatro/ SP); Ésio Magalhães e Tiche Viana (Barracão Teatro/SP); Itaércio Rocha (Grupo Mundaréu/PR); Amir Haddad (Tá

Por fim, mas não menos importante, há que se destacar uma série de ações em prol do desenvolvimento do teatro capixaba desenvolvidas pelo SESC principalmente a partir de 2009. Neste ano, foi realizado o I Festival Aldeia SESC José de Anchieta (posteriormente batizado de Ilha do Mel), voltado para a cena local. Já em 2014, foi inaugurado o Centro Cultural SESC Gloria, em prédio histórico no centro da capital, o primeiro centro cultural de grandes proporções e com uma programação cultural constante e variada em todo o estado. Entre as várias ações desenvolvidas pela instituição, podemos destacar as apresentações teatrais dos grupos que compõe a programação do Palco Giratório, permitindo aos capixabas terem acesso à produção cênica de diferentes grupos de distintas regiões do país; a contratação dos grupos locais para se apresentarem no centro cultural, colaborando para a expansão do mercado de trabalho teatral capixaba; a troca de experiências com grupos de diversos estados, além da oferta de várias oficinas de formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAGALDI, Sábato. *Panorama do teatro brasileiro*. 5ª edição. São Paulo: Global Editora, 2001.

NEVES, Getúlio Marcos Pereira. Os primórdios do teatro no Espírito Santo. In.: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. *Escritos de Vitória – Teatro*. nº 21. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2002.

CLÁUDIO, Affonso. *História da literatura espiritosantense: subsídios para a história da literatura brasileira*. Porto: Officina do Comercio do Porto, 1912.

ASSIS, s/d, apud CAVALLINI, Marco Cícero. *O Diário de Machado: a política do segundo reinado sob a pena de um jovem cronista liberal*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.